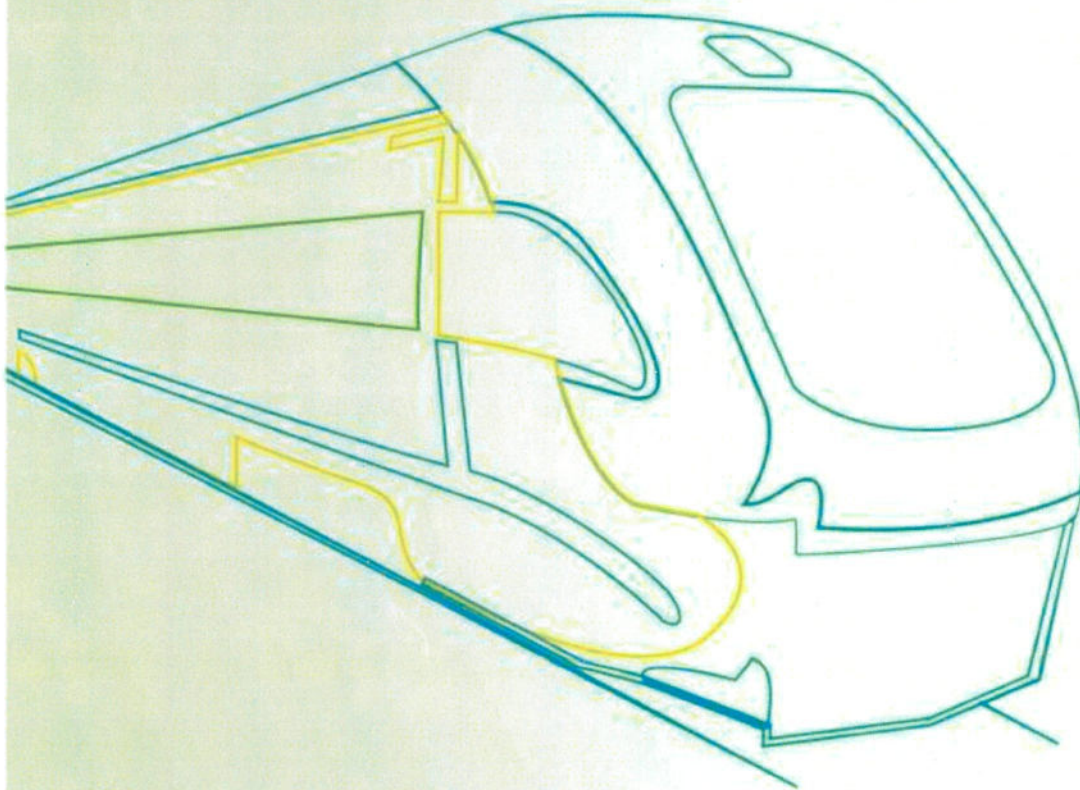


**CONTRATO Nº 025-2023/DP**

**CBTU  
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS  
URBANOS**

**&**

**SISPRO S/A SERVIÇOS TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



*buy*

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU****CONTRATADA: SISPRO S/A SERVIÇOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA TÉCNICA
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÕES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO





Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, SISPRO S/A SERVIÇOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, na forma abaixo:

### PREÂMBULO

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Presidente JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Planejamento e Relações Institucionais, EDUARDO DE OLIVEIRA COIMBRA, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pelo SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa SISPRO SERVIÇO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 87.252.045/0001-31, com sede na Rua Avenida Getúlio Vargas, nº 5450, Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP 92010-012, neste ato representado por RICARDO MULLER, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED], e por seu Diretor RÉGIS LUIS BRIÃO DE SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] doravante denominada CONTRATADA, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da Pregão Eletrônico nº 004/2023/GALIC/P, Processo Administrativo PROT nº 1930/2023, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para **solução de Mensageria e Layout de Dados” na modalidade SaaS em conformidade com as normas do Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Coleta de Notas Fiscais Eletrônicas, com serviço de coleta, compilação, geração de arquivos eletrônicos, conversão em formato adequado, validação, migração e transmissão dos dados contidos nos sistemas SIAFI e/ou legados da CBTU para os respectivos portais de entrega de documentação da RFB e correlatos, bem como o gerenciamento do envio e retorno de eventos, contendo suporte técnico remoto/presencial, garantia, treinamento, serviços consultivos em horas**



assistidas, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf); independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf); e

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, sendo o prazo máximo para a implantação de 120 (cento e vinte) dias corridos contados a partir da Ordem de Execução - OEX, conforme descrito Termo de Referência – Anexo I.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração





de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A CBTU mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBTU;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para CBTU quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação; e

**3.2.5. O valor global da contratação não supere os limites previstos nos incisos I e II, do art. 204, do RILC/CBTU.**

3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a CBTU.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela CBTU da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela CONTRATADA.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

**4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.**

4.4.1. Neste caso a CBTU deverá notificar formalmente a CONTRATADA acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.



## **5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO**

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 490.880,00 (quatrocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia da apresentação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados deverão ser enviados aos endereços eletrônicos descritos no item 24.1.1.2, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato, observadas as demais condições previstas neste contrato.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.





6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2023, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15122003220000001

7.1.2. Elemento(s) de Despesa: 33903504, 33904022, 33904020, 33904019

7.1.3. Plano(s) Interno(s): A1DETIC09, A1DETIC04, A1DETIC09, A1DETIC10

7.1.4. Categoria Econômica: Custeio

7.1.5. Nota(s) de Empenho: 2023NE002810, 2023NE002811, 2023NE002812 e 2023NE002813 datadas de 07/12/2023

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, aplicando-se a variação média do **Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - Io)] / Io$$

Sendo:

R= valor do reajustamento procurado;

Po = valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

Io = mesmo **Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI)**, correspondente ao mês da data-base;

Data - base: data limite para apresentação das propostas.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:



8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

8.5. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA TÉCNICA**

### **A) DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e





9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.

9.7. A CBTU oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;



9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

#### **DA GARANTIA TÉCNICA**

9.16. O prazo de garantia técnica deverá ser, igual ou superior a:

9.16.1 3 (três) meses para os itens caracterizados como itens ou subitens de Serviços do objeto do presente contrato.

9.17. A contagem de prazos descrita no item acima iniciará a partir da data do recebimento definitivo de cada item ou subitem.

9.18. O prazo de atendimento para eventuais correções, durante a vigência da garantia técnica, será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes do objeto do presente contrato.

9.19. A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos materiais fornecidos e instalados, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos mesmos.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.





10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela CBTU, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a CBTU sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CBTU, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à CBTU ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela CBTU, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à CBTU, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da CBTU, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à CBTU.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive



honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da CBTU, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da CONTRATADA perante a CBTU, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.22. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.23. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da CBTU.

10.1.24. Não retirar equipamentos das dependências da CBTU, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da CBTU.

10.1.25. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CBTU, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CBTU;

10.2.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, sem prévio e expresso consentimento da CBTU.

10.2.2.1. Na hipótese de subcontratação de serviços, a CONTRATADA deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

10.2.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da CBTU.

10.3. A CONTRATADA deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

10.4 Disponibilizar à CONTRATADA todos os relatórios e documentos necessários a total realização dos trabalhos, inclusive documentos complementares aos descritos no item 3.6, que sejam considerados pertinentes ou complementares aos lá descritos.





11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas.

11.1 Fornecer todos os elementos necessários à perfeita execução das análises;

11.2 A CONTRATADA deverá recrutar mão-de-obra qualificada, idônea, de modo a reunir permanentemente uma equipe homogênea e suficiente que assegure o progresso dos serviços;

11.3 Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, cause embarço à boa execução dos serviços;

11.4 Comprovar vínculo empregatício dos empregados utilizados na execução dos serviços;

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à CBTU:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CBTU deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à CONTRATADA para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a CONTRATADA, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;



11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A CBTU deverá disponibilizar à CONTRATADA, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

11.3 Disponibilizar à CONTRATADA todos os relatórios e documentos necessários a total realização dos trabalhos, inclusive documentos complementares aos descritos no item 3.6, que sejam considerados pertinentes ou complementares aos lá descritos.

11.4 Fornecer todos os elementos necessários à perfeita execução das análises;

11.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS**

12.1. Atribui-se à CONTRATADA a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à CBTU a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela CONTRATADA tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à CONTRATADA.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.





#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1 As condições de recebimento e prazos estão especificadas no item 63 a 69 do Termo de Referência.

15.1.1.1. Provisoriamente, assim que efetuada a entrega de cada parte do Serviço e/ou fornecimento do objeto do Termo de Referência, com o intuito de posterior verificação e atesto da conformidade com as especificações no Termo de Referência;

15.1.2. Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis de cada parte recebida provisoriamente, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for o caso, com a sua consequente aceitação, que ficará a cargo do fiscal requisitante do contrato.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.



#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. A CONTRATADA, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela CBTU, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da CONTRATADA no certame licitatório.

16.3. A subcontratação sem a autorização da CBTU a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à CONTRATADA as sanções previstas neste contrato.

16.4. A CONTRATADA é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A CONTRATADA se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A CONTRATADA reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A CONTRATADA assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A CONTRATADA obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará a CONTRATADA, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.





**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS**

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da CONTRATADA decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à CONTRATADA, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU poderá ser aplicada à CONTRATADA nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CBTU, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;





22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

### **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO**

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;**

24.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC,

9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: cetri@cbtu.gov.br e cecon@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (61) 2107-8317 / 2107-8314

24.1.2. **SISPRO SERVIÇO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**

24.1.2.1. Avenida Getúlio Vargas. Nº 5450, Centro, Canoas/RS – CEP 92010-012

24.1.2.2. Correio Eletrônico: ppsantiago@sispro.com.br

24.1.2.3. Telefone: (11)37778.8720/96784.7934

### **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS**

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 20/07/2023;

25.1.3. **Pregão Eletrônico nº 004/2023/GALIC/P; e**

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em:  
[https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf)



25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

**26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

**27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS**

27.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

27.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção de gestão e autorização para compartilhamento dos dados pessoais com a **CONTRATADA** relativo ao objeto do presente contrato, sem prejuízo do dever proteção dos dados que serão fornecidos.

27.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.





28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da CBTU na *internet*.

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e à CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

## **30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FORO**

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília– Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

30.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

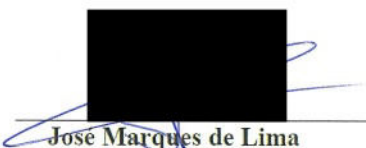



**CBTU**  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Administração Central

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 29 de DEZEMBRO de 2023

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

  
José Marques de Lima  
- Diretor-Presidente -

  
Eduardo de Oliveira Coimbra  
- Diretora de Planejamento e Relações Internacionais -

SISPRO S/A SERVIÇOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RICARDO  
O  
MULLER  
Assinado de forma digital por RICARDO MULLER:  
R: 2023.12.29 17:58:24 -03'00'

Testemunhas:

1 -   
CPF: 

REGIS LUIS BRIÃO DE SOUZA:  
Assinado de forma digital por REGIS LUIS BRIÃO DE SOUZA:  
Dados: 2023.12.28 23:32:39 -03'00'

Régis Luis Brião De Souza  
Representante legal

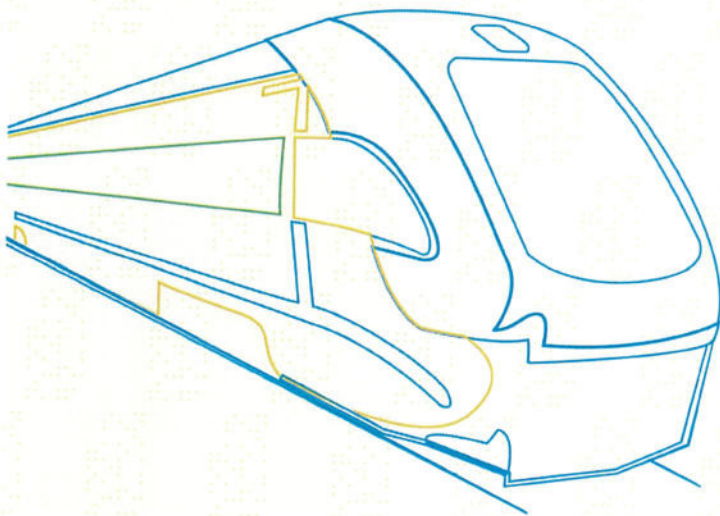
KARINA MAKAR NAPORA:  
Assinado de forma digital por KARINA MAKAR NAPORA:  
Dados: 2023.12.29 06:51:51 -03'00'

2 -   
CPF: 





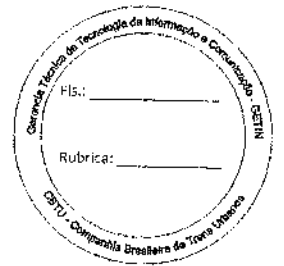
# TERMO DE REFERÊNCIA



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO I



## TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação "Solução de Mensageria e Layout de Dados" na modalidade SaaS em conformidade com as normas do Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Coleta de Notas Fiscais Eletrônicas, com serviço de coleta, compilação, geração de arquivos eletrônicos, conversão em formato adequado, validação, migração e transmissão dos dados contidos nos sistemas SIAFI e/ou legados da CBTU para os respectivos portais de entrega de documentação da RFB e correlatos, bem como o gerenciamento do envio e retorno de eventos, contendo suporte técnico remoto/presencial, garantia, treinamento, serviços consultivos em horas assistidas.





#### DA JUSTIFICATIVA <sup>1</sup>

1. Necessidade de aquisição de sistema para preparar, tratar, formatar layouts e/ou enviar, quando aplicável, as obrigações acessórias, conforme legislação vigente para o seguinte conjunto de obrigações elencados abaixo, além de realizar o Download e Guarda de Notas Fiscais Eletrônicas – AJUSTE SINIEF 07/2005.:

- 1.1. ECD – IN 2.003/2021  
1.2. ECF – IN 2.004/2021  
1.3. EFD-Reinf – IN 2.043/2021

#### DO OBJETO<sup>2</sup>

2. Contratação “Solução de Mensageria e Layout de Dados” na modalidade SaaS em conformidade com as normas do Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Coleta de Notas Fiscais Eletrônicas, com serviço de coleta, compilação, geração de arquivos eletrônicos, conversão em formato adequado, validação, migração e transmissão dos dados contidos nos sistemas SIAFI e/ou legados da CBTU para os respectivos portais de entrega de documentação da RFB e correlatos, bem como o gerenciamento do envio e retorno de eventos, contendo suporte técnico remoto/presencial, garantia, treinamento, serviços consultivos em horas assistidas.
- 2.1. Objeto Resumido: **Contratação de solução informatizada, modular, na modalidade SaaS para confecção de Layouts e Mensageria de dados extraídos do SIAFI para entrega das obrigações acessórias contábeis e fiscais.**
3. O objeto da presente contratação contempla os seguintes itens:

LISTA DE ITENS DO OBJETO	CATMAT/CATSER
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes	26077
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes	26077
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes	26077
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes	26077
Item 5 - Consultoria para Extração e Compatibilização de Dados	27332

<sup>1</sup> Art. 72. § 1º inciso III. justificativa da contratação  
<sup>2</sup> Art. 72. § 1º inciso IV. especificação do objeto



3.1. Abaixo segue o detalhamento dos itens, unidades de medida e seus quantitativos:

DETALHAMENTO DOS ITENS				
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes				
1.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Unidade	1
1.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED EFD-REINF	Mês	30
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	Turma	1
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes				
2.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Unidade	1
2.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECD	Mês	30
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	Turma	1
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes				
3.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Unidade	1
3.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECF	Mês	30
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	Turma	1
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes				
4.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Unidade	1
4.2	SaaS	Assinatura do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Mês	30
4.3	Treinamento	Treinamento do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Turma	1
Item 5 - Consultoria para Extração e Compatibilização de Dados				
5.1	Serviço	Consultoria Presencial - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas	80
5.2	Serviço	Consultoria Remota - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas sob demanda	80

3.2. Listagem de endereços de entrega física e eletrônica:

Identificador	Endereço Entrega Física	Endereço de Entrega Eletrônico
AC	Administração Central SBN Quadra 01, Edifício CNC, BL B, 9º ao 13º andar Asa Norte, Brasília - DF, 70041-902	contratostic@cbtu.gov.br



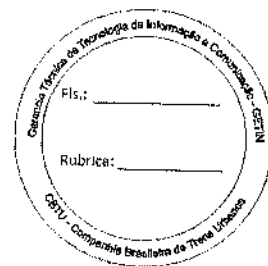


3.3.      FORMAÇÃO DE GRUPO

3.3.1.      Pela indivisibilidade da contratação identificada durante a elaboração do ETP, entende-se a necessidade de lançamento do procedimento com grupo único, formado por todos os itens da solução.

3.4.      Modelo e Local de Entrega/Execução dos itens do OBJETO:

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	Local de Entrega	Forma de Entrega
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes						
1.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Unidade	1	AC	Remota
1.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED EFD-REINF	Mês	30	AC	Eletrônica
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	Turma	1	AC	Remota
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes						
2.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Unidade	1	AC	Remota
2.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECD	Mês	30	AC	Eletrônica
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	Turma	1	AC	Remota
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes						
3.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Unidade	1	AC	Remota
3.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECF	Mês	30	AC	Eletrônica
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	Turma	1	AC	Remota
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes						
4.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Unidade	1	AC	Remota
4.2	SaaS	Assinatura do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Mês	30	AC	Eletrônica
4.3	Treinamento	Treinamento do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Turma	1	AC	Remota
Item 5 - Consultoria para Extração e Compatibilização de Dados						
5.1	Serviço	Consultoria Presencial - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas	80	AC	Presencial
5.2	Serviço	Consultoria Remota - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas sob demanda	80	AC	Remota



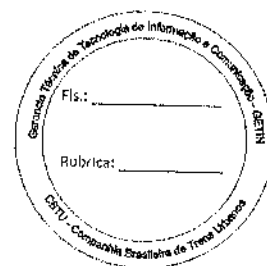
#### DA CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. Os empenhos da contratação em tela deverão ser emitidos conforme o descritivo abaixo, por subitem:
- 4.1. **Subitens de Assinatura SaaS (1.2, 2.2, 3.2 e 4.2)**
    - 4.1.1. PI: A1DETIC10 – Serviços de Computação em Nuvem
    - 4.1.2. ND: 339040
    - 4.1.3. Subitem da Despesa: 19 – COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)
  - 4.2. **Subitens de Consultoria (5.1 e 5.2)**
    - 4.2.1. PI: A1DETIC09 – Serviços de Consultoria e Projetos de TIC
    - 4.2.2. ND: 339035
    - 4.2.3. Subitem da Despesa: 04 – CONSULTORIA EM TIC
  - 4.3. **Subitens de Implantação (1.1, 2.1, 3.1 e 4.1)**
    - 4.3.1. PI: A1DETIC04 – Serviços de manutenção e instalação de TIC
    - 4.3.2. ND: 339040
    - 4.3.3. Subitem da Despesa: 22 – INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC
  - 4.4. **Subitens de Treinamento (1.3, 2.3, 3.3 e 4.3)**
    - 4.4.1. PI: A1DETIC10 – Serviços de Computação em Nuvem
    - 4.4.2. ND: 339040
    - 4.4.3. Subitem da Despesa: 20 – TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC

#### DOS RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS:

5. **Recursos Materiais:** Todos os recursos materiais necessários para a instalação dos bens/licenças e execução de todos os serviços acima previstos deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, em pleno funcionamento e sem necessidade de aquisição de nenhum suprimento adicional por parte da CBTU.
- 5.1. Em caso da necessidade de acionar a garantia dos serviços, será convocada a empresa CONTRATADA para a correção ou substituição do aparato com vício ou defeito a fim de que proceda ao diagnóstico e solução.
6. **Recursos Humanos:** A implementação, configuração e testes, bem como o treinamento e a consultoria assistida, além do suporte técnico e garantia deverão ser realizadas pela CONTRATADA, com o apoio da Contratante no que couber, atentando à conformidade legal e técnica da execução.





### **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO<sup>3</sup>**

7. As especificações técnicas **DO OBJETO** estão detalhadas no **ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **DOS PRAZOS <sup>4</sup>**

#### **8. De Vigência:**

- 8.1. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogáveis por mais 30 (trinta), nos termos da Lei nº 13.303/16.

#### **9. De Fornecimento, Faturamento e Execução dos Serviços:**

- 9.1. O prazo de início do fornecimento dos itens caracterizados como Serviço de Implantação e Consultoria Presencial será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço de Implantação, a ser emitida pela Unidade Técnica responsável GETIN;

- 9.1.1. Os subitens que são contemplados neste tópico são respectivamente os subitens 1.1, 2.1, 3.1, 4.1 e 5.1.

- 9.2. O prazo de início do fornecimento dos itens caracterizados como Treinamento será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos contados a partir da finalização da implantação do software;

- 9.3. O prazo de início do faturamento dos itens caracterizados como SaaS será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da finalização da implantação do software

#### **10. De implantação**

- 10.1. O prazo de implantação dos itens caracterizados como Software será de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço de Implantação, a ser emitido conforme o título (GETIN);

- 10.1.1. Os subitens que são contemplados neste tópico são respectivamente os subitens 1.1, 2.1, 3.1, 4.1 e 5.1.

<sup>3</sup> Art. 72. § 1º inciso II. definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização

<sup>4</sup> Art. 72. § 1º inciso XIV. prazo de execução



**DO(S) CRONOGRAMA(S)<sup>5</sup>**

- 11. A Solução Fiscal, objeto desta licitação, deverá ser implantada no prazo máximo de 120 dias, conforme o item De implantação.
- 12. O prazo total acima especificado deverá incluir todas as fases da metodologia de implantação especificada no item DO SERVIÇO DE CONSULTORIA (5.1 E 5.2) do ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS com, no mínimo, as seguintes atividades:
  - 12.1. Identificação das necessidades de mudanças em processos da CONTRATANTE para implantação da SOLUÇÃO OFERTADA, com as devidas parametrizações.
  - 12.2. Disponibilização e parametrização dos softwares da SOLUÇÃO OFERTADA nos ambientes de homologação, treinamento e produção.
  - 12.3. Preparação dos dados para carga na SOLUÇÃO OFERTADA por parte da CONTRATANTE com o apoio da CONTRATADA através DO SERVIÇO DE CONSULTORIA (5.1 E 5.2)
  - 12.4. Carga de dados nos ambientes de homologação, treinamento e produção.
  - 12.5. Treinamento de administração, técnico e funcional da equipe da CONTRATANTE.
  - 12.6. Implantação definitiva da SOLUÇÃO OFERTADA e sua entrada em operação.
- 13. O cronograma de entrega e metodologia de implantação com a execução de serviços, deverá ser elaborado de acordo com a sua metodologia de implantação, contando com prazos e os entregáveis de cada etapa.
- 14. A tabela abaixo descreve os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação, com os prazos máximo aceitáveis que devem ser observados pela CONTRATADA na elaboração da proposta:

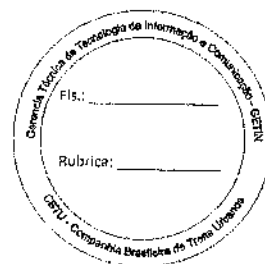
Etapas	Descrição	Quando Ocorre?
1	<b>Assinatura do Contrato</b>	Marco inicial para a contagem de prazos.
2	<b>Reunião de Alinhamento de Expectativas (Todos os itens Contratados)</b>	Agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato Em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato
3	<b>Início da Consultoria para Implantação</b>	
3.1	Consultoria Presencial	Em até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço de Implantação
3.2	Consultoria Remota	Sob demanda e mediante emissão de ordem de serviço específica
4	<b>Implantação</b>	

<sup>5</sup> Art. 72. § 1º inciso VI. cronograma físico-financeiro;





Etapa	Descrição	Quando Ocorre?
4.1	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Em até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço de Implantação
4.2	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Em até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço de Implantação
4.3	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Em até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço de Implantação
4.4	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Em até 15 (quinze) dias corridos da emissão da Ordem de Serviço de Implantação
4.5	<b>Treinamento</b>	
4.5.1	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Após o término da Implantação Remota do Módulo SPED ECF
4.5.2	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Após o término da Implantação Remota do Módulo SPED ECD
4.5.3	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Após o término da Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e
4.5.4	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Após o término da Implantação Remota do Módulo EFD-REINF
4.6	Execução dos itens caracterizados como SaaS	Em até 30 (trinta) dias corridos da finalização da implantação do software
5	<b>Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo)</b>	
5.1	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo) dos itens caracterizados como Serviço de implantação	Em até 10 (dez) dias úteis do término da implantação dos itens caracterizados como Serviço de implantação
5.2	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo) dos itens caracterizados como Treinamento	Em até 10 (dez) dias úteis do término da realização dos itens caracterizados como Treinamento
5.3	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo) dos itens caracterizados como SaaS	Em até 10 (dez) dias úteis do término da prestação do serviço a cada mês
6	<b>Pagamento dos itens</b>	Até 30 (trinta) dias após a emissão do recebimento definitivo conforme <b>título DO PAGAMENTO</b> deste Termo de Referência.
8	<b>Início da contagem do prazo de garantia técnica</b>	Imediatamente após o recebimento definitivo de cada parcela DO OBJETO.
9	<b>Fim do prazo de garantia técnica</b>	3 (três) meses após o início da garantia técnica, desde que os equipamentos e licenças de software estejam recebidas e instaladas definitivamente
10	<b>Encerramento do contrato</b>	30 (trinta) meses após a assinatura do contrato
11	<b>Fim do prazo da garantia de execução</b>	90 dias após o Encerramento do Contrato



#### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**15.** O Regime de Execução a ser adotado é de:

**15.1. Empreitada por preço global;**

#### **DA GARANTIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL<sup>6</sup>;**

##### **GARANTIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO E DO SERVIÇO**

**16.** O prazo de garantia técnica deverá ser, igual ou superior a:

**16.1. 3 (três) meses** para os itens caracterizados como **itens ou subitens de Serviços DO OBJETO**;

**17.** A contagem de prazos descrita no **item 16** iniciará a partir da data do recebimento definitivo de cada item ou subitem.

**18.** O prazo de atendimento para eventuais correções, durante a vigência da garantia técnica, será de até **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes **DO OBJETO** deste Termo de Referência;

**19.** A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos materiais fornecidos e instalados, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos mesmos;

##### **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**20.** Como garantia das obrigações assumidas, será exigida a garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

#### **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESCOLHA DA PROPOSTA <sup>7</sup>**

**21.** As propostas deverão ser apresentadas conforme o ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO.

**22.** O critério para a escolha da melhor proposta será:

**22.1. Menor preço global do Grupo;**

#### **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA <sup>8</sup>**

##### **23. DA CAPACIDADE OPERACIONAL**

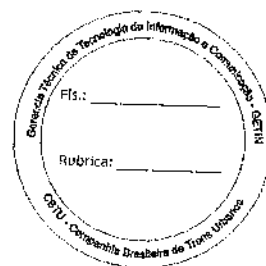
**23.1.** Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica da empresa fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em

<sup>6</sup> Art. 72. § 1º inciso XII. exigência de quaisquer garantias

<sup>7</sup> Art. 72. § 1º inciso VIII. critérios de escolha da proposta

<sup>8</sup> Art. 72. § 1º inciso IX. principais comprovações de qualificação técnica que devem ser exigidas das pessoas interessadas em participar da Licitação





nome da licitante, que comprove aptidão da licitante por execução de serviço de característica semelhante ao objeto deste Termo de Referência. Para efeito de caracterização desta semelhança é definida como relevante a seguinte parcela DO OBJETO:

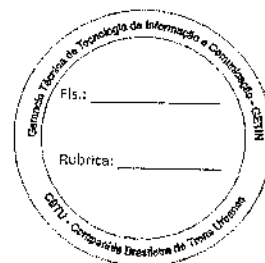
**23.1.1. Disponibilização de Solução Contábil ou Fiscal em modalidade SAAS.**

- 23.2.** O(s) atestado(s) dever(a) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a CBTU possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;
- 23.3.** A CBTU se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

**DA CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA**

- 24.** Os profissionais designados pela CONTRATADA para executar os serviços de Consultoria, Implantação, Treinamento e Suporte deverão possuir qualificação adequada para esta função e devem ser comprovados caso seja solicitado pela CONTRATANTE.
- 25.** Serão definidos perfis obrigatórios e desejáveis para os profissionais mais críticos para a garantia de qualidade da prestação de serviço:
- 26. PERFIL DE QUALIFICAÇÃO - CONSULTOR CONTADOR**
- 26.1.** Requisitos obrigatórios:
- 26.1.1.** Formação Acadêmica: profissional de nível superior com formação em nível de graduação em Contabilidade ou em ciências exatas, com experiência profissional comprovada de no mínimo 5 anos em implantação de sistemas fiscais e contábeis, ou ainda análise de dados;
- 26.1.2.** Idioma: domínio da língua portuguesa.
- 26.2.** Requisitos desejáveis:
- 26.2.1.** Experiência profissional com operação do SIAFI e ou conhecimento em regras de armazenamento e extração dos dados do SIAFI e definições de layout;
- 26.2.2.** Pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado em Tecnologia da Informação, Engenharia, ou áreas das ciências exatas;
- 26.2.3.** Experiência profissional na prestação de consultorias ou realização de cursos (como instrutor) sobre o Orçamento e/ou Contabilidade Pública;
- 26.2.4.** Experiência profissional na elaboração e/ou implementação de layouts e regras de extração de dados do SIAFI;
- 26.2.5.** Experiência na operação do Tesouro Gerencial.

**27. PERFIL DE QUALIFICAÇÃO – CONSULTOR DE TECNOLOGIA**



**27.1. Requisitos obrigatórios:**

**27.1.1.** Formação Acadêmica: profissional de nível superior com formação em nível de graduação em Tecnologia da Informação, Engenharia ou outras áreas das ciências exatas, com experiência profissional comprovada de no mínimo 5 anos em implantação de sistemas fiscais e contábeis, ou ainda análise de dados;

**27.1.2.** Experiência profissional comprovada com operação da solução ofertada e ou conhecimento em regras de armazenamento e extração dos dados do SIAFI e definições de layout;

**27.1.3.** Idioma: domínio da língua portuguesa.

**27.2. Requisitos desejáveis:**

**27.2.1.** Pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado em Tecnologia da Informação, Engenharia, ou outras áreas das ciências exatas;

**27.2.2.** Experiência profissional na elaboração e/ou implementação de layouts e regras de extração de dados do SIAFI;

**27.2.3.** Experiência na operação do Tesouro Gerencial.

**DOS CONSÓRCIOS COOPERATIVAS E SUBCONTRATAÇÕES<sup>9</sup>**

**DO CONSORCIO E COOPERATIVAS**

**28.** O objeto é caracterizado como **OBJETO COMUM**, ou seja, "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

**29.** O estudo preliminar da contratação definiu a complexidade da contratação como **MÉDIA**;

**30.** Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da formação de Consórcios ou Cooperativas, justificada por:

**30.1.** Não existir evidências de que a competitividade será prejudicada em relação ao cenário em que se admita tal hipótese, pois identificou-se quantidade suficiente de fornecedores na fase de formação de preços que isoladamente tem condições de disputar o certame e executar fielmente o OBJETO.

**DA SUBCONTRATAÇÃO**

**31.** Não se identificou parcela que possa ser subcontratada do OBJETO;

**32.** Decidiu-se pela **NÃO ADMISSÃO** da subcontratação DO OBJETO, pois há viabilidade técnica para a execução integral DO OBJETO por parte dos fornecedores verificados durante a elaboração do ETP;

<sup>9</sup> Art. 72. § 1º inciso XI. possibilidade ou não de formação de consórcios, subcontratação e definição de qual parcela do objeto pode ser subcontratada





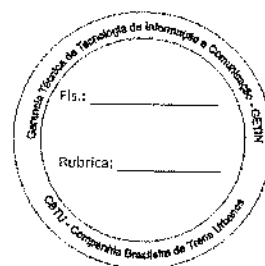
## DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES<sup>10</sup>

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

33. Executar fielmente os serviços e/ou fornecimentos dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como do RILC/CBTU disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf).
34. Cumprir no prazo de **10 (dez) dias úteis**, com todas as obrigações fixadas no Art. 219. inciso I do RILC/CBTU contados a partir da notificação da CBTU.
35. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelas obrigações fixadas no Art. 219. inciso II do RILC/CBTU.
36. A licitante poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. Art. 237 do RILC/CBTU.
37. Responsabilizar-se, por todos os encargos elencados no do Art. 220. do RILC/CBTU que versa sobre os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
38. Ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela CBTU conforme o Art. 221. do RILC/CBTU.
39. Observar, quando aplicável, as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços discriminadas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG;
40. Dirimir quaisquer dúvidas do objeto com a Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN.
41. Atender prontamente todas as solicitações da CBTU previstas no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência.
42. Comunicar a CBTU, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
43. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega **DO OBJETO**.
44. Manter durante toda execução **DO OBJETO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Art. 222 do RILC/CBTU.

<sup>10</sup> Art. 72. § 1º inciso V. responsabilidade das partes

PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

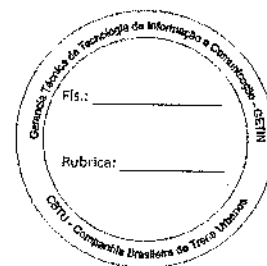


45. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela CBTU, para regularizar a situação, sob pena de rescisão constante no § 1º Art. 222 do RILC/CBTU.
46. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
47. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual e poderá propor a fiscalização, definida pela Administração da CONTRATANTE, o equacionamento do horário das operações, a fim de estabelecer a compatibilização entre as suas necessidades e as da CBTU visando minimizar os transtornos causados durante a execução **DO OBJETO**.
48. Apresentar o planejamento executivo dos serviços e/ou fornecimento, contendo dias e horários dos serviços, além da avaliação preliminar de risco (físicos e patrimoniais) das atividades.
49. O modelo de representação do planejamento executivo mínimo é apresentado no ANEXO II - MODELO PLANEJAMENTO EXECUTIVO - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO.
50. Apresentar, após o recebimento da ordem de início dos serviços e/ou fornecimentos, a relação de todos os empregados envolvidos na contratação.
51. Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

52. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência.
53. Permitir acesso do pessoal da empresa CONTRATADA às dependências da CBTU para a entrega **DO OBJETO**, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
54. Receber o material dentro das especificações constantes neste Termo de Referência.
55. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas.
56. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e neste Termo de Referência.
57. Cumprir com as demais obrigações constantes no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência.





#### DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO <sup>11</sup>

58. Nos termos do Art. 229 do RILC/CBTU, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação - GETIN, através dos empregados designados, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.
59. A gestão e fiscalização deste Instrumento Contratual será realizada por empregados a ser indicado pela **Diretoria de Administração e Finanças**, e a **fiscalização técnica** será exercida por empregado vinculado a **área de tecnologia**, vinculada ao Diretor de Planejamento e Relações Institucionais.
60. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas no § 3º do RILC que trata do Procedimento de Contratação.
61. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
62. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

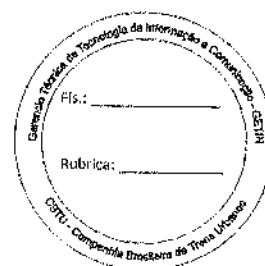
#### DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO<sup>12</sup>

63. Observado o disposto nos artigos Art. 225 do RILC/CBTU, o recebimento **DO OBJETO** desta contratação será realizado da seguinte forma:
- 63.1. **Provisoriamente**, assim que efetuada a entrega de cada parte do Serviço e/ou fornecimento **DO OBJETO** deste Termo de Referência, com o intuito de posterior verificação e atesto da conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 63.2. **Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis de cada parte recebida provisoriamente**, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for o caso, com a sua consequente aceitação, **que ficará a cargo do fiscal requisitante do contrato.**
64. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as

<sup>11</sup> Art. 72. § 1º inciso XV. procedimento de gestão e fiscalização

<sup>12</sup> Art. 72. § 1º inciso VII. condições de recebimento e aceitação do objeto

PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



desconformidades, devendo o objeto ser recolhido, substituído e reinstalado em conformidade com as especificações, características e exigências contidas neste Termo de Referência.

65. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.
66. A CONTRATADA terá prazo de até **10 (dez) dias úteis** para providenciar a reparação da inconsistência do item, a partir da comunicação oficial feita pela CBTU, sem qualquer custo adicional.
67. Caso a CONTRATADA não cumpra o item anterior, estará incorrendo em atraso na execução do objeto e sujeita à aplicação das sanções previstas no Instrumento Convocatório, no Contrato e neste Termo de Referência.
68. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
- 68.1. Objeto de acordo com as Especificações Técnicas contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;
- 68.2. Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- 68.3. Execução no prazo, local e modalidades previstas neste Termo de Referência.
69. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo referente a parcela entregue de cada parte dos itens e subitens **DO OBJETO** deste Termo de Referência, assinado pelos empregados designados para Gerir e Fiscalizar esta contratação.

#### **DAS PENALIDADES**

70. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial **DO OBJETO** aplicam-se, as **sanções administrativas** descritas no RILC/ CBTU em seu **CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.
71. Todas as inexecuções do contrato (totais ou parciais) serão verificadas mensalmente conforme os parâmetros definidos no **ANEXO III - REQUISITOS DO PLANO DE MONITORAÇÃO E COMUNICAÇÃO** e **ANEXO IV - NÍVEIS DE SERVIÇO** e constarão do processo administrativo para gerenciamento da contratação, art. 230 inciso I do RILC/CBTU.
72. Aplicação das sanções administrativas previstas **Item 70** deste Termo de Referência, considerará as metas e os indicadores definidos no **ANEXO III - REQUISITOS DO PLANO DE MONITORAÇÃO E COMUNICAÇÃO** e **ANEXO IV - NÍVEIS DE SERVIÇO**.
73. Os parâmetros para instauração de processo administrativo sancionador, bem como os percentuais das glosas aplicáveis estão definidas no **ANEXO III**





**- REQUISITOS DO PLANO DE MONITORAÇÃO E COMUNICAÇÃO e ANEXO IV – NÍVEIS DE SERVIÇO.**

**DO REAJUSTE<sup>13</sup>**

- 74.** O valor das parcelas do contrato será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses.
- 75.** Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) do Ministério do Planejamento, instituído por meio da Portaria 424 de 2017, acumulado em 12 (doze) meses, com base na fórmula estipulada pelo Art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

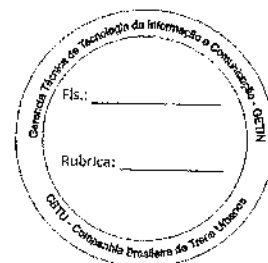
V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

I<sub>0</sub> = Índice inicial- refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação.

- 76.** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.
- 77.** O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas e sem se limitar aos mesmos, como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

<sup>13</sup> Art. 72. § 1º inciso XIII. critérios para reajustamento, repactuação e/ou revisão contratual



78. Nos reajustes subsequentes ao primeiro a anualidade será contada a partir do último reajuste.
79. No momento da prorrogação o gestor deverá consultar a contratada acerca do reajuste, caso ele não tenha sido solicitado, podendo tal direito ser expressamente renunciado, sobretudo para fins de obtenção da vantagem da prorrogação.

## **DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**

### **DO DOCUMENTO DE COBRANÇA**

80. Para efeitos de pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização da parcela **DO OBJETO** contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
- 80.1. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:
- 80.1.1. Declaração de Opção do Simples Nacional;
  - 80.1.2. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);
  - 80.1.3. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);
  - 80.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 80.2. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela vencedora:
- 80.2.1. Em meio digital, no Endereço Eletrônico: cetri@cbtu.gov.br e cecon@cbtu.gov.br.
81. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.
82. Após o recebimento definitivo (atesto) do documento de cobrança, que deverá ocorrer conforme especificado no título **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO** no prazo lá estipulado, contado do recebimento do documento de cobrança no protocolo/endereço eletrônico da CBTU, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

### **DO PAGAMENTO**

83. O pagamento, de cada subitem do título **DO OBJETO** especificado neste Termo de Referência, após cumpridos os requisitos do título **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**, se dará mediante crédito em conta corrente até 30 (trinta)



PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



dias após a entrada do documento de cobrança conforme procedimento especificado no **Item 80** deste Termo de Referência, caso o atesto do fiscal comprove que o documento de cobrança cumpre com a perfeita realização dos serviços e/ou fornecimentos, bem como a prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

- 84.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CBTU, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

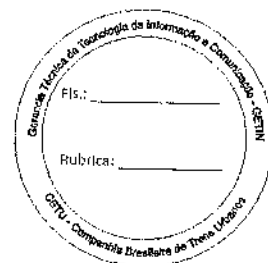
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



## ANEXO I – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O software utilizado pela CBTU para os registros contábeis é o SIAFI e para extração de seus dados é o Tesouro Gerencial, ambos atendem as regras da RFB desde a criação do Plano de Contas Referencial e a definição do Número Único do Lançamento Contábil para atender ao SPED ECD e a ECF.

O objetivo geral dos módulos abaixo será consolidar a entrada dos dados extraídos do Tesouro Gerencial para processá-los e prepará-los no Layout adequado para atendimento ao ECD e ECF.

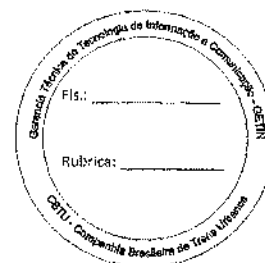
### DO CONJUNTO MÍNIMO DE MÓDULOS

#### **AREA: CONTÁBIL**

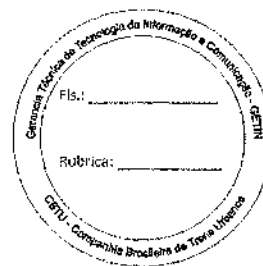
#### **1. MÓDULO - CONTABILIDADE E SPED CONTÁBIL (ECD)**

- 1.1. Módulo que visa a administração e gerencia dos registros contábeis e estruturas gerenciais criadas pelo usuário para análise dos resultados e subsídio do planejamento (ex.: centro de custo, obra, projeto).
- 1.2. Deve permitir executar no mínimo as seguintes atividades:
  - 1.2.1. Entrada de lançamentos em tempo real e por interface de carga de dados.
  - 1.2.2. Cadastro Multi empresa e multiperíodo.
  - 1.2.3. Cadastrar múltiplas vigências, possibilitando a emissão de relatórios históricos, para o Plano de Contas.
  - 1.2.4. Cadastro de Plano de contas flexível, com códigos de conta de até 60 (sessenta) posições alfanuméricas e níveis ilimitados e com possibilidade de vigências de contas contábeis.
  - 1.2.5. Registrar relacionamento do plano de contas com plano referencial.
  - 1.2.6. Incluir Código operacional contábil reduzido, de uso opcional, para facilitar eventual digitação de fatos contábeis.
  - 1.2.7. Incluir Código de subconta, para tratar entidades contábeis repetitivas, como clientes, fornecedores, etc.
  - 1.2.8. Organização da Base de dados por empresa e estabelecimento, com contabilização por estabelecimento, e consolidação por empresa.
  - 1.2.9. Padronizar Históricos contábeis (codificados), com complementação variável.
  - 1.2.10. Realizar acerto do movimento contábil via fato contábil manual.





- 1.2.11. Realizar a carga dos registros necessários para o preenchimento da ECD.
- 1.2.12. Realizar manutenção dos registros importados via formulário web.
- 1.2.13. Encerramento e destinação do resultado automático, com zeramento de contas de receitas e despesas.
- 1.2.14. Consultas de saldos, movimentação e lançamentos, em diversas opções.
- 1.2.15. Apuração de resultados sob diversos prismas (centro de custo, centro de resultado, projeto, serviço, etc), usando o conceito de visões.
- 1.2.16. Possibilidade de Integração com ERP da CBTU.
- 1.2.17. Agrupamento de fatos contábeis utilizando complementos informados pelo usuário, opcional.
- 1.2.18. Consolidação dos saldos contábeis com conglomerado (eliminando os saldos contábeis entre empresas) de empresas.
- 1.2.19. Parametrizar Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado de Exercício, DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), DLPA (Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado), DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto) e Demonstrativos Gerenciais.
- 1.2.20. Retirada de relatórios de dados cadastrais, diário geral por dia/conta ou conta/dia, razão de conta, balancetes, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício por estabelecimento e por empresa.
- 1.2.21. Consolidação e/ou agrupamento por empresa do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado de Exercício, DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), DLPA (Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado) e Demonstrativos Gerenciais.
- 1.2.22. Integração dos relatórios contábeis de DMPL ou DLPA, DRE e Balanço Patrimonial no formato da ECD.
- 1.2.23. Inclusão dos Demonstrativos Contábeis (J800).
- 1.2.24. Inclusão das Transferência de Saldos de Plano de Contas Anterior (I157)
- 1.2.25. Geração dos livros diários, balancete, livros auxiliares e RAS.
- 1.2.26. Conciliação automática do saldo inicial com o saldo final da escrituração enviada.



- 1.2.27.** Gerar arquivo padrão texto conforme anexo da Instrução Normativa da RFB n. 2003/2021, manual de orientação do Leiaute da Escrituração Contábil Digital – ECD (versão vigente disponibilizada pela RFB e suas atualizações).

**ÁREA: GESTÃO FISCAL**

**2. MÓDULO - SPED ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL**

- 2.1.** Módulo que visa interligar as informações contábeis e fiscais, através da recuperação da ECD (do mesmo período) e da ECF (do período imediatamente anterior), além do preenchimento de diversos dados, de acordo com o Manual de Orientação dessa obrigação, com o objetivo de demonstrar as operações que influenciam a composição da base de cálculo e do valor devido do Imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- 2.2.** Deve permitir elaborar pelo menos as seguintes atividades:
- 2.2.1.** Controlar os Períodos.
  - 2.2.2.** Controlar a Situação Especial e SCP.
  - 2.2.3.** Parametrizar fórmulas das tabelas dinâmicas da RFB.
  - 2.2.4.** Realizar a carga dos registros X, Y, W, V, Contas da Parte B, Lançamentos de Valores da Parte B, Livro Caixa e Mapeamentos das Tabelas Dinâmicas através de planilha eletrônica.
  - 2.2.5.** Realizar manutenção dos registros importados via formulário web.
  - 2.2.6.** Validar os dados importados e permitir a análise através de registro de log e avisos.
  - 2.2.7.** Realizar manutenção das informações importadas diretamente na base importada.
  - 2.2.8.** Permitir rotina para apuração do IRPJ e CSLL, conforme regime de tributação da empresa e Plano Referencial.
  - 2.2.9.** Realizar Controle dos saldos da conta da Parte B
  - 2.2.10.** Comparar a melhor forma de estimativa (Balancete de Suspensão/Redução X Receita Bruta).
  - 2.2.11.** Apurar o IRPJ e CSLL por todas as Formas de Tributação (Real, Presumido e Imune/Isenta) e períodos de tributação (Anual ou Trimestral).
  - 2.2.12.** Apurar o Prejuízo e Base de Cálculo Negativo e Lançamento automático nos Lançamentos de Parte B.
  - 2.2.13.** Apurar a Composição dos Custos (L210).





- 2.2.14. Registrar log de auditoria para rastreamento das operações.
- 2.2.15. Emitir relatórios de conferência e demonstrativos das fichas de apuração dos impostos.
- 2.2.16. Disponibilizar consulta para acompanhamento do status de processamento da apuração.
- 2.2.17. Gerar arquivo padrão texto conforme anexo único do Ato Declaratório Executivo COFIS nº 133/2022: Manual de Orientação do Layout da Escrituração Contábil Fiscal e suas atualizações.

### 2.3. EFD-REINF

2.3.1. O módulo EFD-REINF visa atender a obrigação acessória, efetuando validações, consolidações, consistência de informações das retenções dos impostos (INSS (Grupo R2000 e Grupo R3000), IRFF, PIS, COFINS e CSLL (Grupo R4000)), cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), controle e envio de registros à RFB pelo serviço de mensageria.

2.3.1.1. Deve permitir elaborar pelo menos as seguintes atividades:

2.3.1.1.1. Deve possuir relatórios/planilhas para validação das informações cuja origem pode ser proveniente de diferentes plataformas sistêmicas (financeiras, contábeis, suprimentos, jurídicas, tributárias).

2.3.1.1.2. Consolidar os valores a pagar.

2.3.1.1.3. Dispor de relatórios, consultas, painéis para conferência/confronto entre os valores gerados e a DCTF Web.

2.3.1.1.4. Gerar os registros e eventos para envio, permitindo seleção do que deve ser transmitido.

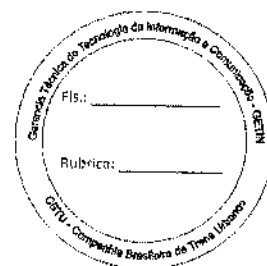
2.3.1.1.5. Fazer o acompanhamento dos arquivos eletrônicos (XML) a partir de monitor.

2.3.1.1.6. Armazenar os XMLs transmitidos e retornados e apresenta inconsistências, caso existam.

### 3. Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes

3.1.1. Realizar o download e guarda dos arquivos XML de forma eficiente e segura, buscando atender a legislação (Ajuste SINIEF 07/05) que obriga o contribuinte a ter os arquivos disponíveis por cinco anos (art. 173 do CTN) caso a administração tributária solicite.

3.1.1.1. Deve permitir elaborar pelo menos as seguintes atividades:



**3.1.1.1.1.** Capturar XML referente a NF-e, CT-e, CC-e e de Cancelamento diretamente da Sefaz ou Receita Federal.

**3.1.1.1.1.1.** A captura de NFS-e é desejável para aqueles municípios que possuem integração disponível.

**3.1.1.1.2.** Fazer download em lote, sem limitação de quantidade;

**3.1.1.1.3.** Gerar os DANFES e DACTES em pdf;

**3.1.1.1.4.** Organizar as baixas em pastas por CNPJ, ano e mês;

**3.1.1.1.5.** Permitir baixar os arquivos gerados para o computador do operador;

**3.1.1.1.6.** Realizar a recuperação dos arquivos sem MANIFESTAÇÃO e sem declarar CIÊNCIA da emissão da nota;

**3.1.1.1.7.** Para as notas integradas via captura de XML, sempre que possível realizar a integração com o módulo de EFD-REINF;

**3.1.1.1.7.1.** A integração visa preencher os campos necessários da EFD-REINF em relação aos registros R2000 e R4000.

#### DAS ASSINATURA SAAS (1.2, 2.2, 3.2 E 4.2)

**4.** O serviço engloba o conjunto de benefícios inclusos na modalidade Software como Serviço para todos os módulos ofertados para compor a solução de software objeto deste Termo de Referência, não limitados aos módulos descritos no título.

**4.1.** A Ordem de Fornecimento de Serviço referente a assinatura será assinada pelo Gestor e Fiscal do contrato;

**4.2.** No primeiro dia útil do mês subsequente, a CONTRATADA emitirá e enviará a Nota Fiscal à CONTRATANTE. Além da Nota Fiscal, a CONTRATADA enviará a relação de todos os chamados atendidos no mês anterior e/ou relação de medidas de monitoramento executados no período, com suas respectivas evidências de atendimento;

#### **4.3. Sustentação**

**4.3.1.** Por **Sustentação** compreende-se:

**4.3.1.1.** A atividade intelectual, tecnológica e material, com o fim de solucionar problemas técnicos e de uso relacionados às Soluções Ofertadas;

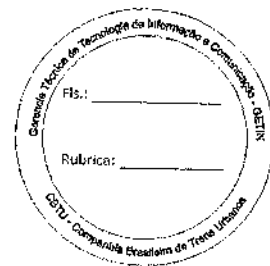
**4.3.1.2.** Monitoramento de banco de dados e backup;

**4.3.1.3.** Monitoramento da aplicação;





- 4.3.1.4. Fornecimento e instalação de novas versões dos softwares Ofertados;
- 4.3.1.5. Otimização e avaliações de desempenho;
- 4.3.1.6. Correções de defeitos (erros) identificados nas Soluções Ofertadas;
- 4.3.1.7. Fornecer serviços de modo a manter sempre ajustada a operacionalidade dos produtos;
- 4.3.1.8. Dispor e manter atualizada toda a documentação e os procedimentos operacionais, pertinentes ao uso das ferramentas;
- 4.3.1.9. Esclarecimento de dúvidas que afetem a configuração ou operação das soluções;
- 4.3.1.10. Adequações das soluções à necessidade de melhoria de performance, a manutenibilidade e usabilidade do sistema;
- 4.3.1.11. Quando as atividades de monitoramento incorrer em interferência na aplicação, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE relatório informando a causa e solução adotada.
- 4.3.2. O Serviço de **Sustentação** deve incluir, no mínimo:
  - 4.3.2.1. Suporte técnico remoto, mediante atendimentos que poderão ser realizados através de telefone, ferramentas de videoconferência, e-mail ou chat on-line e deverão ser atendidos pela CONTRATADA conforme níveis de serviço (Service Level Agreement - SLA), especificados no item **ANEXO IV – NÍVEIS DE SERVIÇO**.
  - 4.3.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de abertura e acompanhamento de chamados que possibilitem a geração e o monitoramento do andamento dos Tickets de serviço;
  - 4.3.2.3. Orientações sobre uso, configuração e instalação dos softwares fornecidos como suas atualizações;
  - 4.3.2.4. Questões relacionadas à integração de dados e sistemas;
  - 4.3.2.5. Interpretação da documentação dos softwares fornecidos;
  - 4.3.2.6. Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de software e a soluções destes;
  - 4.3.2.7. Orientação quanto às melhores práticas para personalização dos softwares adquiridos;
  - 4.3.2.8. Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados;



**4.3.2.9.** Apoio para questões relacionadas à integração de dados e sistemas;

**4.3.2.10.** Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos softwares instalados;

**4.3.2.11.** Apoio para execução de procedimento nos softwares, após a implantação ou reimplantação do módulo no qual o procedimento será utilizado;

**4.3.2.12.** A CONTRATADA deve ter contrato de suporte técnico com o(s) fabricante(s) da solução ofertada, no nível exigido no documento.

#### **4.4. Manutenção Legal**

**4.4.1.** Durante a vigência contratual, a CONTRATADA ficará responsável por monitorar as alterações de legislação e informar à CONTRATANTE.

**4.4.2.** As manutenções do tipo legal serão classificadas da seguinte forma:

**4.4.2.1.** Adequações que impactam em funcionalidades existentes:

**4.4.2.1.1.** Para este item serão considerados:

**4.4.2.1.1.1.** Funcionalidades customizadas ao longo do processo de implantação e manutenção;

**4.4.2.1.1.2.** Funcionalidades existentes em função da implantação de melhorias.

**4.4.2.1.2.** As manutenções legais em funcionalidades existentes serão realizadas sem custo pela CONTRATADA;

**4.4.2.1.3.** Sempre que ocorrer este tipo de manutenção, a CONTRATADA deverá elaborar um plano de trabalho contendo no mínimo informações como data de entrega e descrição detalhada das alterações que serão realizadas;

**4.4.2.1.4.** O plano de trabalho citado no parágrafo anterior deverá ser remetido aos gestores e fiscais do contrato, para conhecimento;

**4.4.2.1.5.** O prazo final para que alterações do tipo manutenção legal estejam disponíveis em ambiente de produção é o mesmo definido pela legislação como prazo máximo para que entre em vigor.

**4.4.2.1.6.** O prazo final para que alterações do tipo manutenção legal estejam disponíveis em ambiente de testes/homologação é de, pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, do prazo



fixado no item **4.4.2.1.5**, para homologação da CONTRATANTE em tempo hábil antes da legislação entre em vigor.

#### **4.5. Releases**

**4.5.1.** O serviço de *Release* é contínuo e são evoluções das Soluções por iniciativa da CONTRATADA que serão disponibilizadas sem ônus adicional para a CONTRATANTE durante a execução do contrato.

**4.5.2.** Por *Releases* compreende-se:

**4.5.2.1.** Melhorar a experiência dos usuários com novas funcionalidades;

**4.5.2.2.** Atualizações de componentes;

**4.5.2.3.** Melhora de performance;

**4.5.2.4.** Padrões que facilitem a usabilidade do produto;

**4.5.2.5.** Dentre outras funcionalidades que a CONTRADATA considerar pertinentes em seu processo de *Discovery*.

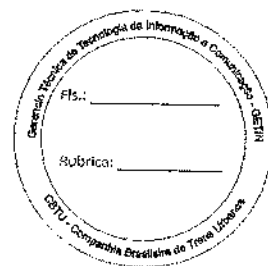
**4.5.3.** O conteúdo das *Releases* é de responsabilidade da CONTRATADA, mediante seu processo de *Discovery*;

**4.5.4.** Caberá a CONTRATADA disponibilizar com antecedência de até 5 (cinco) dias úteis, através de suas soluções ou no site da CONTRATADA, o conteúdo das *Releases* para acompanhamento dos usuários, gestores e fiscais.

**4.5.5.** O processo de implementação em ambiente de produção das *Releases* deverá ser transparente para os usuários e gestores.

**4.5.6.** As atualizações deverão ser disponibilizadas pela internet, com a sua instalação e configuração feitas pela CONTRATADA, garantindo o correto funcionamento das soluções contratadas.





**DO SERVIÇO DE CONSULTORIA (5.1 E 5.2)**

5. O objetivo deste serviço contratação é viabilizar a compatibilização da extração de dados do Tesouro Gerencial (TG), para carga nos módulos da ferramenta ofertada. Além disso, a realização deste serviço visa reduzir a curva de aprendizado da equipe de contabilidade quanto às modelagens de dados do TG para eventuais modificações dos layouts das obrigações atendidas por esta contratação. Para tanto, o consultor a deverá disponibilizar relatórios contendo tabelas e diagramas (layouts), além de validar e auxiliar com modelos de consultas que viabilizem a migração das fontes de dados para as bases dos módulos ofertados.

**5.1. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

- 5.1.1. Análise da documentação da estrutura de dados utilizados pelo SIAFI e pelo TG, identificando as necessidades de adaptação da carga atual do TG, com ênfase na identificação de:

5.1.1.1. Relação de-para dos campos utilizados na solução ofertada para os campos utilizados no TG;

5.1.1.2. Modelos de consultas TG que emularão as entradas do Layout da solução ofertada;

5.1.1.3. Lacunas na estrutura do TG que impossibilitem a emulação das entradas da solução ofertada e auxílio na solução/enriquecimento destes dados quando imprescindíveis.

**5.2. ATIVIDADES, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA DE ENTREGA**

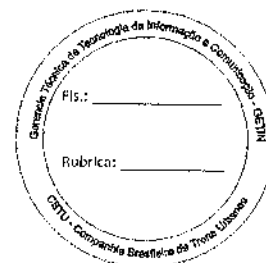
**5.2.1. Atividades a serem desenvolvidas**

5.2.1.1. Analisar os dados originários do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, gerados por empregado da CBTU via Tesouro Gerencial (TG) em planilhas eletrônicas ou arquivos textos, ambos com layout pré-definido para carga na solução ofertada;

5.2.1.2. A análise deverá contar com a localização de dados e suas correspondências com a solução ofertada no estilo "DE:PARA", bem como em caso de faltas deverá auxiliar ao operador do Tesouro Gerencial (TG) a identificação dos dados faltantes;

5.2.1.3. Produzir de relatórios de análise técnica especializada com a identificação das consultas correspondentes no TG e dos problemas na utilização dos dados do TG, com o apontamento das respectivas indicações de resolução.

5.2.1.4. Participar das reuniões periódicas do Grupo de Implantação a ser composto pela área contábil e a área de sistemas de TIC da



CBTU, a fim de contribuir com as discussões e opinar tecnicamente nos assuntos relacionados ao objeto da consultoria.

**5.2.2. Produtos Esperados**

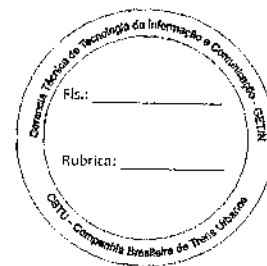
**5.2.2.1.** Produto 1: Plano de trabalho (5w2h) contendo metodologia, cronograma detalhado e estrutura proposta para os dados (layout) que devem ser extraídos pela CBTU do Tesouro Gerencial (TG), estrutura dos relatórios técnicos e para o relatório final. O consultor deverá propor a estrutura que será utilizada para apresentação dos relatórios, a ser analisada e aprovada pelo gestor do contrato.

**5.2.2.2.** Produto 2: Relatório técnico para análise da extração de dados consolidados sobre as obrigações registradas no SIAFI: o relatório deverá demonstrar de maneira explicativa as necessidades de adaptações aos processos da CBTU para preencher lacunas de dados que por ventura inviabilizarão ao atendimento das obrigações contratadas.

**5.2.2.3.** Produto 3: Relatório final de homologação dos dados carregados para a solução ofertada: o relatório deverá apresentar a análise comparativa dos dados importados para o Portal da solução ofertada em relação aos dados registrados no SIAFI, ressaltando eventuais divergências e propondo soluções para resolução dos problemas.

**5.2.3.** Todos os produtos deverão ser entregues preliminarmente para a gestão do contrato e do projeto para análise e aprovação.

**5.2.4.** As minutas dos relatórios deverão ser apresentadas e discutidas, e em seguida modificadas de acordo com as demandas da equipe técnica



DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO (1.1, 2.1, 3.1 E 4.1)

**6. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO OFERTADA**

- 6.1.** Os serviços a serem contratados possuem natureza técnica e deverão ser prestados de forma continuada até sua homologação pela CBTU, segundo metodologia e cronogramas de atendimento a serem apresentados junto à proposta técnica da licitante.
- 6.2.** A metodologia de Gestão do Projeto de Implantação deverá prever atividades baseadas nas 10 áreas de conhecimento do PMBOK em sua versão mais atualizada. Estas áreas são: integração, custos, riscos, escopo, tempo, recursos humanos, comunicações, qualidade, aquisições e partes interessadas. A licitante poderá empregar software de planejamento e controle de atividades compatíveis com esta metodologia.
- 6.3.** A Metodologia deverá compreender, também, as seguintes fases:
- 6.3.1.** Planejamento da implantação.
  - 6.3.2.** Avaliação operacional da situação encontrada.
  - 6.3.3.** Implementação e testes integrados em ambiente de desenvolvimento e homologação para exercícios de 2021 a 2022.
  - 6.3.4.** Entrada em operação e testes integrados em ambiente definitivo de produção.
  - 6.3.5.** Estrutura de gerenciamento, acompanhamento e execução do projeto, compreendendo os recursos humanos necessários tanto da licitante como do Contratante.
- 6.4.** Anexo à Proposta Comercial, a licitante deverá incluir a descrição detalhada das fases previstas na metodologia, bem como o seu cronograma de implantação.





DO TREINAMENTO (1.3, 2.3, 3.3 E 4.3)

7. Os treinamentos deverão abranger a Equipe de Projeto da CONTRATANTE, os usuários da SOLUÇÃO OFERTADA e os Administradores da SOLUÇÃO OFERTADA, conforme apresentado nos itens a seguir.
  - 7.1. O treinamento deverá ser orçado na modalidade: online/remota e ao vivo, para permitir que os treinandos tirem dúvidas com o instrutor no momento da realização do treinamento;
  - 7.2. A Contratada deverá elaborar treinamento sobre os conceitos básicos da SOLUÇÃO OFERTADA, tais como: navegação e integração entre os módulos.
    - 7.2.1. A estrutura do treinamento e o material de estudo deverá ser fornecido de maneira a facilitar a inclusão em Ambiente Virtual de Aprendizagem com direitos abertos para a CONTRATANTE disponibilizá-lo em sua Intranet;
  - 7.3. Para todos os módulos de treinamento, a CONTRATADA deverá aplicar avaliação de aprendizagem aos participantes e enviar os resultados à CONTRATANTE.
  - 7.4. A área de desenvolvimento funcional da CONTRATANTE irá analisar os resultados das avaliações de aprendizagem entregues pela CONTRATADA, a fim de verificar a eficácia dos treinamentos efetuados, podendo, caso necessário, solicitar à CONTRATADA a repetição daqueles que não tiverem atingido os objetivos.
  - 7.5. Para cada perfil de treinamento foi previsto: uma carga horária mínima a ser provida pela CONTRATADA, que se entende necessária para o desenvolvimento do nível esperado de conhecimento.
  - 7.6. São apresentadas também as habilidades que se espera que os profissionais adquiram após a execução do treinamento correspondente.
  - 7.7. **Treinamento I – Perfil: Administradores da SOLUÇÃO OFERTADA do CONTRATANTE**
    - 7.7.1. Treinamento visando capacitar os empregados da CONTRATANTE para atuar como Administradores das SOLUÇÕES OFERTADA;
    - 7.7.2. Ao final do treinamento, os profissionais deverão:
      - 7.7.2.1. Possuir uma visão global de funcionamento da SOLUÇÃO OFERTADA;
      - 7.7.2.2. Possuir condições de parametrizar a SOLUÇÃO OFERTADA;
      - 7.7.2.3. Possuir condições de conceder e revogar acessos da SOLUÇÃO OFERTADA.



- 7.7.3.** A carga horária mínima é de 40 (quarenta) horas para este treinamento.
- 7.7.4.** A quantidade máxima de profissionais a serem treinados é de 10 (dez) pessoas.
- 7.7.5.** A tabela abaixo define o quantitativo de pessoas a serem treinadas por Módulo da SOLUÇÃO OFERTADA;

Treinamento I – Perfil: Administradores				
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	QTDE. ALUNOS	UNIDADE
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes				
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	4	AC
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes				
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	3	AC
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes				
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	3	AC

**7.8. Treinamento II – Perfil: Usuários da SOLUÇÃO OFERTADA**

- 7.8.1.** Treinamento da SOLUÇÃO OFERTADA adquirida, de acordo com os Módulos e o cronograma de implantação.
- 7.8.2.** Ao final do treinamento, os profissionais deverão estar aptos a:
- 7.8.2.1.** Operar de forma plena a SOLUÇÃO OFERTADA, utilizando todos os recursos existentes em cada Módulo;
- 7.8.2.2.** Exercer o papel de multiplicadores na CONTRATANTE, com a finalidade de repetir o treinamento recebido a novos usuários da SOLUÇÃO OFERTADA.
- 7.8.2.3.** A CONTRATADA deverá acompanhar, remotamente, o desempenho dos multiplicadores ao longo do primeiro treinamento que eles vierem a dar, com a finalidade de corrigir eventuais problemas relacionados à aplicação do curso.
- 7.8.3.** A carga horária mínima é de 40 (quarenta) horas por módulo da SOLUÇÃO;
- 7.8.4.** A quantidade máxima de profissionais a serem treinados é de 40 (quarenta) pessoas;



**7.8.5.** A tabela abaixo define o quantitativo de pessoas a serem treinadas por Módulo da SOLUÇÃO OFERTADA;

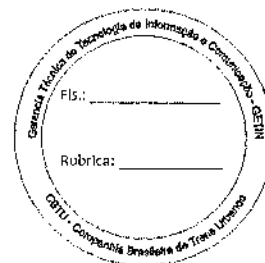
7.8. Treinamento II – Perfil: Usuários				
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	QTDE. ALUNOS	UNIDADE
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes				
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	8	AC
			11	REC
			5	NAT
			5	MAC
			5	JOP
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes				
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	2	AC
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes				
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	2	AC
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes				
4.3	Treinamento	Treinamento do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	2	AC

8. Caberá à CONTRATADA prover o material didático impresso e/ou em mídia eletrônica para todos os perfis definidos.
9. As despesas decorrentes do treinamento (alocação de instrutores, salas virtuais e sistemas informatizados) usados para o treinamento, confecção do material didático e de certificados para os treinados, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
10. Em eventual necessidade da CBTU de realização de treinamento presencial, deverá ser aprovado entre as partes as condições da prestação de serviço presencial, conforme os parâmetros de custeio e reembolso abaixo:

10.1. As despesas decorrentes do treinamento (alocação de salas físicas, computadores e dispositivos de áudio e vídeo) usados para o treinamento correrão a expensas da CONTRATANTE.



PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



- 10.2.** As despesas dos empregados da CONTRATANTE com deslocamento, hospedagem a fim de participarem dos treinamentos, correrão a expensas da CONTRATANTE.
- 10.3.** As despesas dos instrutores da CONTRATADA com deslocamento e hospedagem a fim de participarem dos treinamentos presenciais serão reembolsados, dentro dos limites da política de viagens da CONTRATANTE.
- 10.4.** As eventuais despesas com alimentação e diárias não serão objeto de reembolso. Cabendo a cada parte envolvida remunerar seus empregados ou colaboradores.

**ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO**

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes						
1.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Unidade	1		
1.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED EFD-REINF	Mês	30		
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	Turma	1		
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes						
2.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Unidade	1		
2.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECD	Mês	30		
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	Turma	1		
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes						
3.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Unidade	1		
3.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECF	Mês	30		
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	Turma	1		
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes						
4.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Unidade	1		
4.2	SaaS	Assinatura do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Mês	30		
4.3	Treinamento	Treinamento do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Turma	1		
Item 5 - Consultoria para Extração e Compatibilização de Dados						
5.1	Serviço	Consultoria Presencial - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas	80		
5.2	Serviço	Consultoria Remota - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas sob demanda	80		
Total Geral Solução Fiscal (contrato 30 meses)						

Valor total da proposta R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )  
em algarismos e por extenso.

\_\_\_\_\_  
Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

**ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO (ORIENTAÇÕES E ANEXOS)**

**ANEXO A DA PROPOSTA: FORMAÇÃO DE PREÇO E VALIDADE**

1. O licitante deverá incluir no preço total, detalhado na tabela de formação de preços, todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
2. O licitante deverá especificar o Prazo de validade da proposta: O prazo mínimo aceito pela CBTU é de 60 dias;

**ANEXO B DA PROPOSTA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

3. **Prazo e Cronograma:**
  - 3.1. O licitante deverá detalhar as entregas com a descrição das fases previstas na sua metodologia de implantação;
  - 3.2. O licitante deverá apresentar o seu cronograma de implantação observando as condições do TR;
4. **Declarações:**
  - 4.1. O licitante deverá declarar este em pleno conhecimento das condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como que está de acordo com elas.
  - 4.2. O licitante deverá declarar que os serviços a serem executados estarão em conformidade ao estabelecido no Termo de Referência;

**ANEXO C DA PROPOSTA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

5. O Licitante deverá incluir Catálogos ou prospectos de todo o material, licenciamento e serviço com descrição detalhada de cada item ofertado.



**ANEXO III – REQUISITOS DO PLANO DE MONITORAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1.** O presente documento tem por objetivo apresentar os requisitos iniciais para elaboração/composição do plano de monitoração e comunicação dos sistemas contratados, relacionados à disponibilidade da aplicação em produção para atender a CBTU.

**2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS**

**2.1. Da disponibilidade do sistema**

- 2.1.1.** Os sistemas deverão estar disponíveis (on-line) todos os dias, úteis e não úteis;

- 2.1.2.** Os acessos web e deverão estar disponíveis aos usuários 24 horas diárias;

- 2.1.3.** A previsão mensal é de 99,00% de disponibilidade do sistema.

- 2.1.3.1.** Para elucidação, consideremos a quantidade de dias do mês (Exemplo: Caso o mês possua 30 dias, teremos:  $30 \times 24\text{hs} \times 60\text{min} = 43.200\text{min}$ , equivalentes a 100% de disponibilidade. Entretanto, a disponibilidade estipulada pela CONTRATANTE é de 99,00%, equivalendo a 42.768 minutos. Assim, teremos calculados 1%, que equivalem a 432 minutos previstos no mês para indisponibilidade do sistema).

- 2.1.4.** Entende-se por indisponibilidade toda e qualquer parada não programada ou resultante de degradação que provoque não responsividade, em qualquer período de utilização do sistema.

**2.2. Do gerenciamento das mudanças**

- 2.2.1.** As mudanças programadas ocorrerão mediante acordo de data e período de tempo com o Gestor do Contrato ou com quem ele designar. Os procedimentos a executar deverão constar em documentação específica a ser entregue ao gestor no momento do acordo anteriormente citado. O registro da mudança deverá constar no relatório de monitoramento e a documentação específica, entregue ao gestor, deverá acompanhar o mesmo relatório.

- 2.2.2.** A mudança em caráter de urgência, por sua própria natureza, deve ser comunicada ao gestor do contrato ou a quem ele designar para que o aviso de indisponibilidade do sistema seja emitido para os usuários, possibilitando a interrupção dos serviços e a implementação dos devidos procedimentos. A documentação específica com as modificações implementadas será entregue a posteriori, no final do mês, juntamente com o

## PODER EXECUTIVO

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

relatório de monitoramento. Enfatizamos que o registro da mudança deverá constar também no relatório de monitoramento.

**2.2.3.** Sugerimos que o registro de mudança contenha as seguintes informações:

- 2.2.3.1. Categoria da Mudança: Mudança urgente ou programada;
- 2.2.3.2. Requisitante (Solicitante/Assinatura): Indica a pessoa/empresa que realizou a solicitação;
- 2.2.3.3. Justificativa de mudança (programada ou emergencial): Deve informar a natureza/razões da mudança;
- 2.2.3.4. Descrição da mudança: Um breve descritivo do que deverá ser alterado;
- 2.2.3.5. Resultado esperado pela execução da mudança: Resultado que será obtido com a execução da mudança;
- 2.2.3.6. Serviços afetados: Lista indicando quais serviços serão afetados pela mudança;
- 2.2.3.7. Indisponibilidade: Previsão de tempo de indisponibilidade dos itens relacionados;
- 2.2.3.8. Data e hora de início: Indicação da data e hora de início;
- 2.2.3.9. Data e hora de finalização: Indicação da data e hora prevista da finalização.

### **2.3. Das características da execução da monitoração**

**2.3.1.** Monitoração feita com utilização de recursos de captação de informações gerenciados e implantados pela CONTRATADA para acompanhamento dos itens definidos neste relatório. A monitoração não poderá, em hipótese alguma, ficar em desconformidade com os requisitos estipulados pela infraestrutura da CONTRATANTE a fim de manter-se a integridade do ambiente da CONTRATANTE.

**2.3.2.** Os itens abaixo listados são sugestões apresentadas pela infraestrutura da CONTRATANTE, pois compõem a maioria dos processos de monitoração, não sendo obrigatórios ao processo da CONTRATADA. Entretanto os itens monitorados pela CONTRATADA devem constar em documento, entregue antecipadamente, no qual apresentar-se-ão as devidas conceituações de cada item e sua importância no processo de monitoramento.

**2.3.3.** Nos casos de indisponibilidade e/ou degradação, o acionamento do plano de comunicação será obrigatório e as providências para mitigação da situação deverão ser executadas, além de constarem em relatório entregue para o período de fiscalização firmado.

PODER EXECUTIVO

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

**2.3.4.** Para monitoração da aplicação sugerem-se os itens abaixo:

- 2.3.4.1. Espaço ocupado pelos arquivos do SO no disco. Percentual de disparo 95% de espaço ocupado;
- 2.3.4.2. Memória utilizada pelo SO 100% por um período maior que 15 minutos contínuos. Os registros para relatório devem conter data, hora e duração;
- 2.3.4.3. Processamento, 100% de utilização das CPU's por mais de 15 minutos contínuos. Os registros para relatório devem conter data, hora e duração;
- 2.3.4.4. Porta da aplicação não respondendo por um período maior que 5 minutos;
- 2.3.4.5. Tempo de login/resposta do sistema (*check* automatizado, indicador principal da disponibilidade);
- 2.3.4.6. Outros itens recomendados pela CONTRATADA.

**2.3.5.** Para monitoramento do banco de dados sugerem-se:

- 2.3.5.1. Espaço ocupado pelos arquivos do banco no disco. Percentual de disparo 95% de espaço ocupado;
- 2.3.5.2. Memória utilizada pelo SGDB. Percentuais de utilização da memória dos servidores de banco de dados acima de 85% por um período maior que 10 minutos contínuos. Os registros para relatório devem conter data, hora e duração;
- 2.3.5.3. Travamentos de tabelas e/ou artefatos similares, com duração maior que 3 minutos.

**2.3.6.** Para o backup sugerem-se os seguintes itens:

- 2.3.6.1. O esquema de backup será de pelo menos um backup *full* do banco de dados semanalmente;
- 2.3.6.2. O relatório deverá conter a listagem de backups realizados com data e as devidas durações;
- 2.3.6.3. Cada falha de backup deverá ser comunicada e registrada em relatório;
- 2.3.6.4. Uma restauração completa de um dia de trabalho deverá ser realizada uma vez por semana em ambiente separado do ambiente da produção. Os resultados das restaurações deverão constar em relatório, indicando os tempos de *uptime* do banco de dados e também as falhas que ocorrerem no processo.

**2.3.7.** Vale ressaltar que o conhecimento técnico da solução pertence à CONTRATADA, cabendo à mesma, em função deste conhecimento, esclarecer as questões envolvidas no serviço de monitoramento constantes nesse anexo.



**2.3.8. Da contabilização das falhas**

2.3.8.1. Todos os minutos decorrentes dos eventos que gerarem indisponibilidade, exceto as indisponibilidades programadas constantes no item 2.2.1 e 2.2.2, serão contabilizados (somados) dentro do mês e relacionados a disponibilidade determinada pela CONTRATANTE, gerando o índice de falha de disponibilidade. O índice gerado apontará a glosa a ser aplicada segundo a tabela abaixo;

*Tabela 1 - Índice de Falha de Disponibilidade*

IFD – Índice de Falha de Disponibilidade	
Mensuração (%)	Glosa (%)
$0 < IFD \leq 1$	0,00
$1 < IFD \leq 5$	5,00
$5 < IFD \leq 10$	10,00
$IFD > 10$	15,00

2.3.8.2. Para melhor esclarecimento, segue exemplo:

2.3.8.2.1. Total das paradas não programadas para o mês de novembro: 864 minutos;

2.3.8.2.2. Disponibilidade para novembro, que contém 30 dias: 43.200 minutos;

2.3.8.2.3. Índice de indisponibilidade obtido:  $(864 / 43.200) * 100 = 2\%$ ; e

2.3.8.2.4. O índice obtido aponta para uma glosa de 5%.

2.3.8.3. O índice de 1% não é passível de sancionamento por representar a “folga” de indisponibilidade determinada na referência de disponibilidade firmada pela CONTRATANTE e calculada conforme item 2.1.3, mensalmente.

**2.4. Do plano de comunicação**

2.4.1. Trata-se da lista de colaboradores da CONTRATANTE que dever ser obrigatoriamente acionados em caso de falhas e/ou degradação do sistema. O não acionamento ocasionará glosa segundo descrito na **Tabela 3 - Contagem de Falha de Comunicação**.

2.4.2. A lista abaixo deverá ser avisada, inicialmente em até 15 minutos para o primeiro contato (o aviso de falha será feito via e-mail, SMS-celular e WhatsApp):

Tabela 2 - Contatos da CONTRATANTE

Nome	Contato Celular (SMS e WhatsApp)	E-mail

2.4.3. Os dados deverão ser fornecidos pelo Gestor do Contrato no prazo estipulado para a reunião que trata da etapa 2 Reunião de Alinhamento de Expectativas do título DO(S) CRONOGRAMA(S)

2.4.4. Após o retorno ao funcionamento normal do sistema, uma notificação de término da ação de reparo deverá ser enviada para os componentes do plano de comunicação em até 15 minutos.

2.4.5. Das sanções do plano de comunicação

2.4.5.1. Caso a CONTRATADA não acione a lista de colaboradores dentro do limite máximo estabelecido, deverá ser aplicada uma glosa;

2.4.5.2. É importante esclarecer que existem dois fatores de erro, a não notificação de eventos e a notificação após os 15 minutos, em ambos os casos é contabilizada uma falha no plano de comunicação;

2.4.5.3. As falhas serão somadas dentro do mês, apontando o percentual de glosa a ser aplicado;

2.4.5.4. A tabela abaixo mensura a quantidade de falhas frente a quantidade de eventos;

Tabela 3 - Contagem de Falha de Comunicação

CFC – Contagem de Falha de Comunicação	
Mensuração (qtd)	Glosa (%)
De 1 até 2	0,00
De 2 até 4	5,00
De 5 até 6	10,00
Acima de 7	15,00

2.4.5.5. Exemplo: Caso a monitoração dentro do mês registre o total de 4 eventos [indisponibilidade e/ou degradação] e 3 destes eventos não tenham sido avisados no tempo acordado, até 15 minutos, uma glosa de 5% será aplicada.

2.5. Formato mensal do Relatório de Monitoração inclui, mas não se limita, a:

2.5.1. Resumo mensal de falhas do sistema;

2.5.2. Disponibilidade diária e resumo mensal em % (percentagem);

PODER EXECUTIVO

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 2.5.3. Resumo dos acionamentos / plano de comunicação;
- 2.5.4. Resumo das manutenções programadas e emergenciais.

**3. CONCLUSÃO**

- 3.1. Após todas as explicações, cabe ressaltar que a CONTRATADA não sofrerá qualquer glosa caso os motivos de eventuais indisponibilidades do sistema sejam decorrentes de estruturas gerenciadas unicamente pela CONTRATANTE ou por ações de controle único e exclusivo da CONTRATANTE que deveriam ser tomadas a partir de alertas gerados previamente no monitoramento da CONTRATADA e não tratadas em tempo hábil.
- 3.2. Com a adoção dos procedimentos citados neste anexo, a CONTRATADA enviará a CONTRATANTE um plano de monitoração e um plano de comunicação a serem executadas pela CONTRATADA, onde as medições ajudarão a melhorar as soluções, demonstrando a conformidade dos produtos e serviços frente aos padrões requisitados.



**ANEXO IV – NÍVEIS DE SERVIÇO**

**1. NÍVEIS DE SERVIÇO**

**1.1. Sustentação e Esclarecimento de dúvidas**

**1.1.1.** As demandas de suporte deverão conter no mínimo, uma descrição sucinta e objetiva, sendo desejável as seguintes informações:

- 1.1.1.1.** Quem fez a operação (Papel ou perfil do usuário)?
- 1.1.1.2.** Quando a operação foi feita (Data e hora)?
- 1.1.1.3.** Como fez a operação?
- 1.1.1.4.** Qual o resultado da operação?
- 1.1.1.5.** Quais os dados foram utilizados na operação (Filtros, dados de entrada)?
- 1.1.1.6.** Captura das telas;
- 1.1.1.7.** O ambiente onde ocorreu o defeito: Produção, Homologação ou Treinamento;
- 1.1.1.8.** Nome do módulo;
- 1.1.1.9.** Nome da funcionalidade.

**1.1.2. Classificação**

- 1.1.2.1.** As demandas serão classificadas em N1 (nível 1) e N2 (nível 2);
- 1.1.2.2.** Demandas N1 são classificadas, mas não se limitam: esclarecimentos de dúvidas, sugestões e geração de relatórios;
- 1.1.2.3.** Demandas N2, são as outras solicitações, estas serão novamente classificadas quanto à sua **gravidade** e **urgência**.

**1.1.2.4. Gravidade**

**1.1.2.4.1.** A gravidade está relacionada com os impactos na utilização da solução e com os aplicativos atingidos. A gravidade pode ser alta, média ou baixa

Gravidade	Descrição
Alta	Impacta nos aplicativos de negócio.
Média	Não impacta nos aplicativos de negócio.
Baixa	Não possui impacto.

**Tabela 1. Classificação da Gravidade**

**1.1.2.4.2.** A árvore de decisão apresentada abaixo é utilizada para classificação da gravidade.

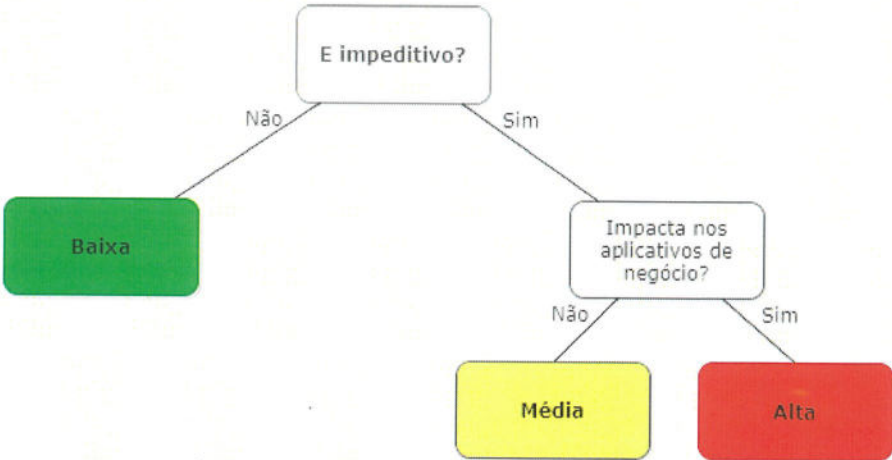


Figura 1. Árvore de decisão da classificação da gravidade

1.1.2.5. Urgência

1.1.2.5.1. A urgência está relacionada com os impactos referentes aos prejuízos financeiros e prazos legais decorrentes. A urgência pode ser alta, média ou baixa, conforme apresentado na tabela abaixo.

Urgência	Descrição
Alta	Provoca prejuízos financeiros.
Média	Provoca o descumprimento de prazos legais.
Baixa	Não provoca prejuízos financeiros e nem descumprimento de prazos legais.

Tabela 2. Classificação da urgência

1.1.2.5.2. A árvore de decisão apresentada abaixo é utilizada para classificação da urgência.

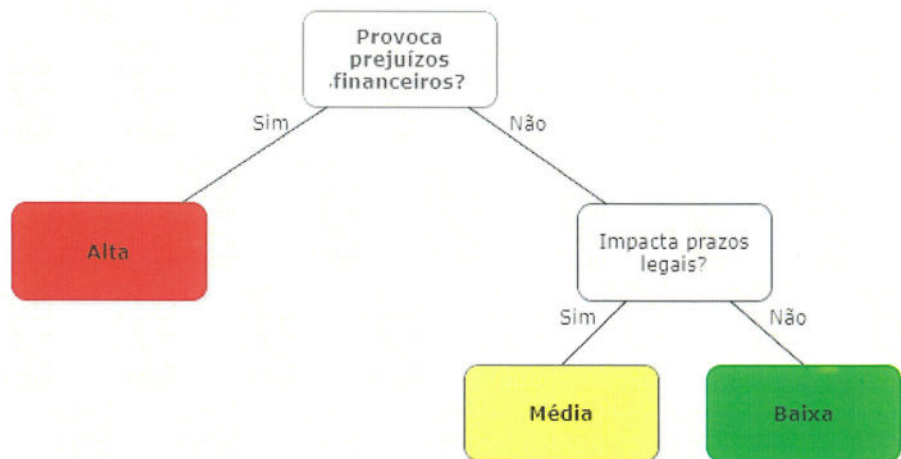


Figura 2. Árvore de decisão da classificação da urgência

1.1.2.6. Priorização

- 1.1.2.6.1. As demandas classificadas como N1 serão atendidas baseada em enfileiramento serial, seguindo a ordem de registro da demanda;
- 1.1.2.6.2. As demandas classificadas como N2 serão priorizadas de acordo com a **Matriz GU – Gravidade x Urgência**, conforme apresentado na tabela abaixo.

Gravidade x Urgência		Gravidade		
		Alta	Média	Baixa
Urgência	Alta	1 (Crítica)	2 (Alta)	3 (Média)
	Média	2 (Alta)	3 (Média)	4 (Baixa)
	Baixa	3 (Média)	4 (Baixa)	5 (Planejada)

Tabela 3. Priorização

1.1.2.7. Prazos

- 1.1.2.7.1. Considera-se como horas úteis os horários de 07:00 às 19:00 (horário de Brasília – DF), de segunda-feira à sexta-feira, excluindo feriados nacionais;



- 1.1.2.7.2.** Todas as demandas classificadas como N1 terão prazo de 4 (quatro) horas úteis para atendimento, a partir da data e horário de abertura do ticket;
- 1.1.2.7.3.** Demandas classificadas como N2 deverão ser atendidas conforme a tabela abaixo, a partir da data e horário de abertura do ticket;

Ordem	Prioridade	Prazo para solução
1	Crítica	8 horas corridas
2	Alta	24 horas úteis
3	Média	48 horas úteis
4	Baixa	80 horas úteis
5	Planejada	A negociar

Tabela 4. Prazo para solução

- 1.1.2.7.4.** Demandas com prioridade **Planejada** não possuem prazo predefinido para solução e serão atendidas de acordo com data planejada pela CONTRATADA.

**1.1.2.8. Indicadores e Métricas**

Indicador	Métrica
IDAP – Índice de demandas atendidas no prazo	Quantidade de demandas atendidas dentro do prazo, no período mensurado, dividida pela quantidade de demandas abertas, no período mensurado.

Tabela 5. Indicador IDAP

**1.1.2.9. Metas**

- 1.1.2.9.1.** Solucionar no mínimo 90% das demandas dentro do prazo no período mensurado (IDAP).

**1.1.2.10. Mensuração**

- 1.1.2.10.1.** Os serviços prestados serão mensurados por mês, entre o primeiro e o último dia de cada mês.

**1.1.2.11. Penalidades**

- 1.1.2.11.1.** Pela inexecução dos acordos firmados, a CONTRATADA estará sujeita primeiro a advertência técnica e em caso de reincidência glosa sobre o valor mensal do serviço de suporte, conforme tabela abaixo:

IDAP – Índice de demandas atendidas no prazo	
Mensuração (%)	Glosa (%)

PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

IDAP ≥ 90%	0
85% ≤ IDAP < 90%	5,00
80% ≤ IDAP < 85%	10,00
IDAP < 80%	15,00

Tabela 6. Penalidades do indicador IDAP

1.2. Manutenção Legal

1.2.1. Informações da demanda

1.2.1.1. A manutenção legal deverá ser realizada sempre que qualquer legislação que impacta a solução contratada sofrer alteração, podendo ou não ser provocada pela CONTRATANTE. Caso solicitado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá disponibilizar um colaborador para auxiliar no entendimento negocial.

1.2.2. Classificação

1.2.2.1. Não se aplica.

1.2.3. Priorização

1.2.3.1. Não se aplica

1.2.4. Prazos

1.2.4.1. O prazo para conclusão de demandas do tipo manutenção legal será o prazo máximo indicado pela legislação alterada, portanto, o prazo em que as alterações descritas pela legislação alterada entrem em vigor.

1.2.5. Indicadores e Métricas

Indicador	Métrica (responder às seguintes perguntas)
DAEDML – Dias de Atraso para Entrega de Demanda de Manutenção Legal.	1. A finalização do atendimento ocorreu dentro do prazo legal para que a demanda entre em utilização? 2. Quantos dias de atraso?

Tabela 7. Indicador de Dias de Atraso para Entrega de Demanda de Manutenção Legal

1.2.6. Metas

1.2.6.1. Implantar 100% das alterações dentro do prazo legal.

1.2.7. Mensuração

1.2.7.1. Será levado em consideração para mensuração o prazo máximo permitido para que a alteração entre em vigor.

1.2.8. Penalidades

PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

**1.2.8.1.** Pela inexecução dos acordos firmados, a CONTRATADA estará sujeita primeiro a advertência técnica e em caso de reincidência glosa sobre o valor mensal do serviço de suporte, conforme tabela abaixo:

DAEDML – Dias de Atraso para Entrega de Demanda de Manutenção Legal.	
Atraso (dias)	Glosa (%)
0	0
De 1 a 5	5,00
De 6 a 10	10,00
Acima de 10	15,00

**Tabela 8. Penalidades do indicador DAEDML**



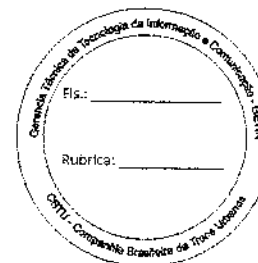
PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



**ANEXO V – MODELO PLANEJAMENTO EXECUTIVO - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO**

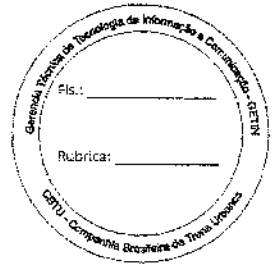
CRONOGRAMA FINANCEIRO														
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totalizador
Implantação	2023													-
Treinamento	2023													-
SaaS	2023													-
Consultoria	2023													-
Implantação	2024													-
Treinamento	2024													-
SaaS	2024													-
Consultoria	2024													-
Implantação	2025													-
Treinamento	2025													-
SaaS	2025													-
Consultoria	2025													-
Implantação	2026													-
Treinamento	2026													-
SaaS	2026													-
Consultoria	2026													-
Implantação	2027													-
Treinamento	2027													-
SaaS	2027													-
Consultoria	2027													-

PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação



Quadro Resumo						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Implantação						
Treinamento	-	-	-	-	-	-
SaaS	-	-	-	-	-	-
Consultoria	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

**PODER EXECUTIVO**  
**Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central**  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
**Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação**




CRONOGRAMA FÍSICO															
	Quinzena	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Implantação	2023														
Treinamento	2023														
SaaS	2023														
Consultoria	2023														
Implantação	2024														
Treinamento	2024														
SaaS	2024														
Consultoria	2024														
Implantação	2025														
Treinamento	2025														
SaaS	2025														
Consultoria	2025														
Implantação	2026														
Treinamento	2026														
SaaS	2026														
Consultoria	2026														
Implantação	2027														
Treinamento	2027														
SaaS	2027														
Consultoria	2027														



PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação


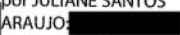
**ASSINATURA E APROVAÇÃO**

Ciente e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência TRV02.2\_SOLUCAO\_FISCAL\_REV.1.0.DOCX, elaborado por: RODRIGO.OLIVEIRA.


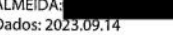
Documento assinado digitalmente  
 **RODRIGO DE MENDONÇA OLIVEIRA**  
Data: 14/09/2023 15:10:57-0300  
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

**RODRIGO DE MENDONÇA OLIVEIRA**  
Assistente Executivo

As especificações constantes no Termo de Referência 01.4 - TRV02.2\_SOLUCAO\_FISCAL\_REV.1.2.DOCX, revisado por: Juliane Santos Araújo e Vera Lúcia Tavares Almeida.

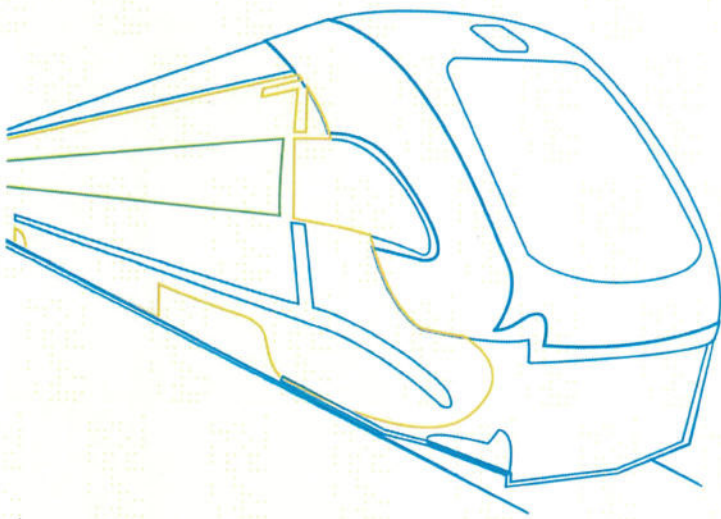
**JULIANE SANTOS** Assinado de forma digital  
por JULIANE SANTOS  
**ARAUJO:**  **ARAUJO:**   
Dados: 2023.09.14  
15:14:47 -03'00'

**Juliane Santos Araujo**  
Coordenadora Técnica – Tributária

**VERA LUCIA** Assinado de forma digital  
**TAVARES** por VERA LUCIA TAVARES  
**ALMEIDA:**  **ALMEIDA:**   
Dados: 2023.09.14  
15:25:48 -03'00'

**Vera Lúcia Tavares Almeida**  
Coordenadora Técnica – Consolidação  
Contábil

# PROPOSTA DE PREÇOS



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO II



## PROPOSTA COMERCIAL SISPRO SOLUÇÃO FISCAL

### Dados da Contratada:

**Razão Social:** SISPRO S/A SERVICOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO  
**CNPJ:** 87.252.045/0001-31  
**Endereço:** AV GETULIO VARGAS, 5450, CENTRO, CANOAS-RS. CEP: 92010-012  
**Representante Legal:** Ricardo Muller  
**Cargo:** Diretor Administrativo e Financeiro  
**E-mail:** rimuller@sispro.com.br

### Dados da Contratante:

**Razão Social:** COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU  
**CNPJ:** 42.357.483/0001-26  
**Endereço:** SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF  
**Contato:** Rodrigo de Mendonça Oliveira  
**Cargo:** Analista Administrador  
**E-mail:** rodrigo.oliveira@cbtu.gov.br

### Dados da Proposta Comercial:

**Número da Proposta:** PRO1718-SoluçãoFiscal-CBTU-27112023  
**Data Emissão:** 27/11/2023  
**Data Validade:** 27/12/2023  
**Responsável (Contato):** Patrick Piazza Santiago  
**Cargo:** Executivo de Negócios  
**E-mail:** ppsantiago@sispro.com.br  
**Telefone:** (11) 96784-7934

**Valor Global da Proposta:** R\$ 490.880,00 (Quatrocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais).

**Condição de pagamento:** Faturamento a partir do início do projeto (Kick-off) com vencimento para 30 dias.



PODER EXECUTIVO  
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Administração Central  
**Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais**  
Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação

**ANEXO II - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO**

PLANILHA DE PREÇOS						
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Item 1 - Módulo SPED EFD-REINF e seus componentes						
1.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo EFD-REINF	Unidade	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
1.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED EFD-REINF	Mês	30	R\$ 3.499,00	R\$ 104.970,00
1.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED EFD-REINF	Turma	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Item 2 - Módulo SPED ECD e seus componentes						
2.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECD	Unidade	1	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00
2.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECD	Mês	30	R\$ 3.499,00	R\$ 104.970,00
2.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECD	Turma	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Item 3 - Módulo SPED ECF e seus componentes						
3.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo SPED ECF	Unidade	1	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00
3.2	SaaS	Assinatura do Módulo SPED ECF	Mês	30	R\$ 3.499,00	R\$ 104.970,00
3.3	Treinamento	Treinamento do Módulo SPED ECF	Turma	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Item 4 - Módulo NF-e e seus componentes						
4.1	Serviço	Implantação Remota do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Unidade	1	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00
4.2	SaaS	Assinatura do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Mês	30	R\$ 1.499,00	R\$ 44.970,00
4.3	Treinamento	Treinamento do Módulo Entrada e Guarda de NF-e	Turma	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Item 5 - Consultoria para Extração e Compatibilização de Dados						
5.1	Serviço	Consultoria Presencial - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas	80	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
5.2	Serviço	Consultoria Remota - Extração de dados e compatibilização ao layout (DE:PARA)	Horas sob demanda	80	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Total Geral Solução Fiscal (contrato 30 meses)						R\$ 490.880,00

Valor Global da proposta: **R\$ 490.880,00** (Quatrocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais).

RICARDO  
MULLER:

Assinado de forma digital por  
RICARDO MULLER:  
Dados: 2023.11.30 13:28:17  
-03'00'

Ricardo Muller  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 114.491.600-34